

REBELLO, F. K.; HOMMA, A. K. O. **História da colonização do nordeste paraense: Uma reflexão para o futuro da Amazônia.** Belém: Edufra, 2017.

Livio Sergio Dias **CLAUDINO**¹

O instigante livro de Fabrício Khoury Rebello e Alfredo Kingo Oyama Homma, lançado em 2017 pela Edufra, trata do importante tema “História da colonização do nordeste paraense: Uma reflexão para o futuro da Amazônia”. Com uma escrita agradável e repleta de fontes primárias, como arquivos de notícias, registros fotográficos, jornais, entre outros, os pesquisadores nos levam em uma viagem pelos fatos e acontecimentos mais marcantes da história desde o início da colonização por europeus na região.

É uma leitura recomendada para pesquisadores e estudantes de diversas áreas, seja economia, história ou sociologia, bem como quaisquer outras pessoas que possam ter interesse em conhecer melhor a história regional do nordeste paraense. Apesar dos capítulos breves e com fartas imagens, traz conteúdos relativamente aprofundados, podendo servir também para introdução ao tema.

Em sua capa, da primeira edição, traz imagens que mesclam registros históricos e atuais, incluindo cenas de açaí, dendê, processamento frigorífico, e também locomotiva e igreja, dando a ideia de que não se trata apenas de registrar o passado, mas indicar também sobre o presente e as perspectivas para os próximos anos. O documento é prefaciado pela pesquisadora Ima Célia Guimarães Vieira e está dividido em 1 apresentação e mais 6 capítulos, e ainda 1 apêndice (representatividade dos municípios paraenses em relação à área, população e indicador de desenvolvimento) e 1 anexo (discurso do diretor do Banco da Borracha, em 1943).

Já na apresentação os autores relembram que a história oficial da Amazônia é sempre marcada pelas narrativas relacionadas aos sucessivos ciclos econômicos, sendo comum destacar o das drogas do sertão, da borracha, da mineração, entre outros, tendo quase sempre um ponto comum: as desigualdades, tanto internamente, nos municípios, quanto pensada comparando-se municípios. Assim, nota-se que, às vezes, a unidade territorial pode apresentar Produto Interno Bruto (PIB) elevado, mas ter baixos índices de emprego e renda, já que boa parte dos empreendimentos marcantes são grandes projetos que não beneficiam as populações locais de

¹ Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Desenvolvimento Rural. *E-mail:* livio.claudino@gmail.com.

maneira mais direta, como, por exemplo, citam os autores, Barcarena, Parauapebas e Tucuruí. Assim sendo, o nordeste paraense, reforçam os autores, mesmo sendo uma das primeiras frentes de colonização e importante centro de abastecimento, e tendo concentrado uma série de investimentos públicos e privados, não foi capaz de ter seu desenvolvimento alavancado, de modo a beneficiar as condições de vida do conjunto das populações.

Já no primeiro capítulo, o destaque é para a borracha como o produto que colocou a Amazônia como protagonista da história da humanidade. Dado aos fatores que, impulsionados pelas descobertas científicas, levaram aos diferentes usos da borracha, na guerra, comunicação e transporte, realmente o curso dos acontecimentos foi fortemente influenciado pela seiva extraída das plantas na floresta tropical. Além de todo o impacto internacional, na região, o ciclo provocou importantes mudanças, destacando-se a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1867-1912), projeto americano que tinha por finalidade escoamento da produção de borracha amazônica. O modelo fordista, já experimentado em outros locais, foi sendo implantado no sistema de produção de borracha, apresentando alguns limites, mas sendo bastante eficiente para os propósitos daquele momento. Após o *boom* e a queda da importância do produto brasileiro, frente aos já bem documentados plantios feitos na Malásia e Ceilão, o produto ganhou um novo fôlego com a Segunda Guerra Mundial, mas não como antes. Para os autores, a experiência deixou um aprendizado sobre a dependência de uma economia extrativista e seu colapso em termos de economia regional.

No segundo capítulo, a atenção se volta para as narrativas dos primeiros momentos da colonização, que os autores chamam de “Gênese do processo de colonização”. As primeiras incursões registradas se deram por necessidades de comunicação entre as províncias do Grão Pará e Maranhão, por volta de 1616. A rota foi pouco utilizada, mas deixou evidente que havia possibilidade de se constituir em território profícuo para o abastecimento das cidades. Segundo relatos, a iniciativa de colonização da região bragantina se deu mesmo na segunda metade do século 19. O primeiro passo seria constituir a trafegabilidade, com finalidade principal, pelos idos de 1850 em diante, de estabelecer colonização para ocupação permanente e fornecimento de alimentos, exploração das riquezas naturais e marcação dos espaços. Os primeiros colonos chegam já em 1875. Ainda nesse capítulo, salta-se para o período pós anos 1950, época de investimentos tanto na ocupação quanto na agricultura de maneira geral. Os autores relatam o crescimento populacional e o crescente número de epidemias, assim como as dificuldades para se encontrar trabalhadores, sendo muito oneroso consegui-los e mantê-los. Vários problemas na agricultura foram ocasionados pela falta de conhecimentos adaptados para a região, bem como ao baixo índice de profissionalização, e mesmo de alfabetismo. Vale destacar que se trata do

período conhecido como revolução verde, que ocasionou a ampliação do uso de máquinas e produtos sintéticos na agricultura.

O capítulo terceiro é destinado à descrição histórica da “Colonização ao longo da Estrada de Ferro de Bragança”. Diversos documentos escritos e imagens são apresentados de modo a demonstrar a importância socioeconômica e cultural tanto do período de construção da estrada quanto das mudanças perenes após a implantação da mesma. Destaca-se o potencial econômico, de mobilização de trabalhadores e a própria configuração territorial. Tendo sido o primeiro trecho inaugurado em 1884, a linha ferroviária, em pouco tempo, já tinha dificuldades de se manter economicamente, gerando déficit e não lucro. Apesar disso, os autores destacam que foram nos locais onde eram as paradas dos trens que surgiram vilas, que se tornaram cidades. Na página 56 do livro há uma tabela que mostra quais foram essas cidades, indicando também qual a distância percorrida entre a partida e tal parada. Essas paradas foram importantes por fomentarem o comércio de produtos locais, especialmente agropecuários e extrativos, e o fluxo de pessoas e mercadorias, movimentando socialmente a região no entorno.

No capítulo quatro, a atenção se volta para as rodovias. Essas, que começaram já por meados do século 20, provocaram grandes transformações regionais. O destaque na parte inicial do capítulo recai sobre os processos formais de constituição da Caravana Norte, que compunham a comitiva que saía de Belém em direção a Brasília, no contexto de criação do Distrito Federal. O início das movimentações ocorreu no final dos anos 1950. A partir dos anos 1960 começam as obras de construção da rodovia Belém-Brasília, no âmbito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), configurando o projeto de integração da Amazônia às outras regiões do país. Os autores destacam também a rodovia Belém-São Luís (BR-316) estabelecendo conexões por terra para o Nordeste brasileiro na década de 1970. Segundo os autores, houve um intenso movimento migratório na época, com a chegada de cerca de 500 mil pessoas que passaram a viver na região em decorrência da abertura rodoviária. Tanto grandes projetos foram atraídos quanto agricultores de todos os tipos, desde camponeses até grandes fazendeiros, vindo a intensificar a produção agropecuária regional. Apesar da movimentação, diversos erros nesses primeiros momentos de estruturação, como a “falta de planejamento estratégico empresarial que, somado aos problemas da condução das políticas públicas, vai redundar no insucesso do desenvolvimento do Nordeste Paraense” (p.100).

O capítulo cinco apresenta “A história da Agricultura no Nordeste Paraense”, trazendo inúmeras imagens que permitem visualizar as transformações ocorridas. Depois de apresentar

brevemente os principais acontecimentos a nível macrorregional e de reiterar a importância dos ciclos econômicos dos produtos agroextrativistas e minerais, os autores se debruçam sobre os movimentos de colonização, que foram beneficiados pelas aberturas fluviais, ferroviárias e rodoviárias, apresentadas nos capítulos anteriores. Aos poucos são apresentados os principais produtos, como a farinha, a criação de gado, a pimenta-do-reino, a malva, indicando as datas em que aparecem registros de cultivo de cada um dos gêneros destacados. Como recurso didático, os autores, na página 115, expõem uma figura com a linha do tempo da agricultura no Nordeste Paraense, indo de 1616 até 2010. Na última parte do capítulo, há um panorama da agricultura contemporânea, depois dos anos 1990, com destaque para as frutíferas (como laranja, maracujá e frutas regionais), indicando a relevância das políticas públicas de incentivo à ciência e tecnologia. As análises chegam até o momento de expansão da cultura do dendê (palma de óleo), que passou a receber e atrair muitos investimentos nacionais e estrangeiros. Novamente, como recurso sintético, os autores apresentam uma figura com uma matriz SWOT da produção do dendê, indicando as possibilidades e desafios para a perenidade dos projetos com a palmeira.

E, para finalizar o livro, o último capítulo discute o futuro do nordeste paraense. Partindo de uma breve narrativa com o Mito de Midas, que por uma maldição passou a transformar em ouro tudo o que tocava, nos é apresentada a “maldição dos recursos naturais” que, segundo os autores, pode ser comparada ao modo como a Amazônia, de uma maneira geral, foi apresentada desde o início da colonização, como suntuosa e cheia de recursos a serem explorados. O complexo e o paradoxo de Midas, quando utilizado para explicar as situações de planejamento e usos da Amazônia, podem remontar aos sucessivos governos que sempre viram a abundância como grandes possibilidades de riquezas, mas essas não representam melhorias para as populações locais e muito menos na constituição de projetos de longo prazo. Os indicadores socioeconômicos como acesso a serviços públicos de energia, crédito, assistência técnica e extensão rural, quando comparados aos de outras regiões brasileiras, são retomados pelos autores para enfatizar como a fartura de recursos naturais não significou maiores indicadores de desenvolvimento e de investimentos públicos ou privados. Como perspectivas, os autores apontam que os projetos como o das empresas de dendê representam uma singular possibilidade de desenvolvimento, uma vez que são construídos para o longo prazo, criando possibilidades de enraizamento institucional de arranjos produtivos locais, não apenas de dendê, mas de outras atividades agropecuárias ou não. Enfatizam a necessidade de romper com o paradigma do desenvolvimento endógeno, superando a fase da extração, dinamizando a economia com ações de desenvolvimento rural com políticas mais agressivas de incentivo à

produção para exportação e substituição de importações nas indústrias de alimentos, calçados, agropecuária, vestuário e turismo, além das já consolidadas em grandes centros, pela capacidade de gerar empregos e promover desenvolvimento regional.

Concluindo com esse espírito crítico, porém otimista, os autores conseguem destacar que a história do Nordeste Paraense foi repleta de tentativas de promover sua integração, seu desenvolvimento, para elevação dos padrões de vida e bem-estar das populações, mas que sempre esbarraram em dificuldades de planejamento e execução. O olhar sempre externo, a visão mitológica do Eldorado, que nunca foi superada, como destacado também na obra organizada por Bolle, Castro e Vejmelka (2010)², são apontadas no texto como paradigmas a serem vencidos. A contribuição do livro, para além de narrar e reunir fatos históricos, é possibilitar o vislumbre das transformações a partir dos erros já cometidos. Inclusive, diversos trabalhos recentes têm avaliado os impactos positivos e negativos da expansão do dendê, indicando que há dinamização da economia, mas, tendendo à concentração, por outro lado, tem provocado mudanças na organização do trabalho e da produção na agricultura familiar, com dependência dos mesmos aos contratos com as empresas, influenciando negativamente a segurança alimentar.

² BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.